



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 06/2021

CARTA-CONTRATO Nº 06/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0000358-68.2021.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA A GAZETA DE RONDÔNIA EDIÇÃO DE JORNAL EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VENDA E COMERCIALIZAÇÃO DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO EM JORNAL DE PERIODICIDADE DIÁRIA, DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, PARA REALIZAR AS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE INTERESSE DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **A GAZETA DE RONDÔNIA EDIÇÃO DE JORNAL EIRELI**, CNPJ n. 14.515.552/0001-47, com sede na Avenida Castelo Branco, n. 20820 - Sala 01, Bairro Novo Horizonte, CEP: 76.962-000, Município de Cacoal, Estado de Rondônia, Telefone: (69) 3441-1101/ 98504-7977, E-mail: diretor.agazeta@gmail.com; editagalazeta@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor **JOSÉ**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ERISVALDO DOS SANTOS SOUSA, brasileiro, Cédula de Identidade RG n. 383.767/SSP-PI e CPF n. 181.049.163-00.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE/RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

FUNDAMENTO: Contratação direta por Dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO N. 314/2021-PRES/DG/GABDG, de 23/03/2021 (evento [0673055](#)).

DO OBJETO

(Artigo 55, I, II e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a prestação de serviço de venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso de periodicidade diária, de grande circulação no Estado de Rondônia, para realizar as publicações oficiais de interesse da Justiça Eleitoral, especialmente avisos de licitação, de segunda a sexta-feira, conforme abaixo:

Coluna: 3cm

Fonte: 7

Quantidade estimada: 180 cm

Subcláusula Primeira – A quantidade acima é estimativa, não obrigando a Administração a sua contratação total, ocorrendo a requisição de publicação de matérias conforme necessidade do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nesta contratação a empresa CONTRATADA declara, em nome próprio (se for a CONTRATADA mesmo que produz/imprime jornais), ou em nome do veículo em que circularão as publicações (se a CONTRATADA for empresa de representação ou agenciamento), que:

I – o jornal será impresso em material reciclado;

II – pratica a destinação ambientalmente correta das sobras de jornais;

III – possui licenciamento ambiental municipal para funcionamento ou declaração/certidão do poder municipal sobre a ausência, dispensa ou isenção do licenciamento, relativamente ao município do estabelecimento de produção/impressão.

Subcláusula Terceira – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a proposta da empresa e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – A execução dos serviços objeto desta Carta-Contrato se dará da seguinte forma:

1. O CONTRATANTE remeterá as matérias à CONTRATADA, somente através de e-mail, com confirmação de leitura, indicando a natureza da matéria e o dia da publicação.
2. Em função da total impossibilidade transitória da utilização desse meio (e-mail), poderá ser utilizada outra forma hábil e célere para a remessa das matérias, sem prejuízo dos prazos indicados para as publicações. Excepcionalmente, caso a situação exija, as matérias poderão ser remetidas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por CDs ou ofícios dirigidos à CONTRATADA, em todos os casos indicando o dia da publicação.

3. As matérias enviadas à CONTRATADA até às 14 horas devem ser publicadas no dia seguinte ou em data superior indicada pelo CONTRATANTE.

4. Para publicação de matéria em prazo inferior ao indicado no item 9.1.3 do Projeto Básico é necessária a concordância da CONTRATADA. Havendo essa concordância, a publicação torna-se obrigatória, sujeita a todos os efeitos contratuais.

5. A CONTRATADA deverá publicar as matérias nas páginas costumeiramente reservadas às publicações de atos oficiais de órgãos públicos, observadas as medidas e parâmetros contratados, legíveis e sem rasuras.

5.1. Eventual publicação em medidas superiores às contratadas não obrigam o CONTRATANTE ao pagamento do excedente, cabendo à CONTRATADA eventual ônus resultante do excesso.

6. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o comprovante de publicação até às 13h00min do mesmo dia de circulação da matéria. Caso não haja expediente para o CONTRATANTE, fica a CONTRATADA autorizada a apresentar o comprovante no primeiro dia útil subsequente.

6.1. Considera-se comprovante de publicação uma via impressa da página inteira do jornal em que a matéria foi veiculada.

6.2. O comprovante de publicação deve ser entregue na recepção do TRE-RO, aos cuidados da Seção de Licitações e Compras – SLC – no endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP 76.805-901, em Porto Velho/RO.

7. Matérias publicadas com erros decorrentes de falha da CONTRATADA deverão ser republicadas sem quaisquer ônus ao CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE por eventuais prejuízos decorrentes.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – Esta Carta-contrato terá vigência é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, não podendo ser prorrogada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 2.880,00** (dois mil oitocentos e oitenta reais), conforme proposta da CONTRATADA e tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. ESTIMADA	VLR. UNIT. POR CM (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
01	Publicação em jornal regional – Edições de segunda-feira a sexta-feira	cm/coluna	180	R\$ 16,00	R\$ 2.880,00
TOTAL GERAL ESTIMADO					R\$ 2.880,00

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais, deslocamentos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Terceira - O quantitativo acima é estimado e, assim, não obriga a Administração a efetuar a contratação de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário 2021 do TRE-RO,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.01, Nota de Empenho nº 2021NE000195, de 24/03/2021, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas/notas fiscais mensalmente, em correspondência com os valores das matérias publicadas no período pela CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pela Seção de Licitações e Compras do TRE-RO, e aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade fiscal perante à Fazenda Pública Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho (CNDT).

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA, observado o disposto neste instrumento.

Subcláusula Terceira – A seu critério, a Administração poderá efetuar o pagamento com retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa ou outra obrigação financeira.

Subcláusula Quarta - Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

Subcláusula Quinta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Sexta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sétima - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Oitava - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100) I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Subcláusula Nona - A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - A gestão e fiscalização do termo contratual ficará a cargo da Seção de Licitações e Compras do TRE/RO, a qual fará o acompanhamento e fiscalização de sua execução com observância das disposições contidas no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento. Assim, a contratada se responsabilizará pelos danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste instrumento, no Projeto Básico respectivo e em seus anexos, bem como na legislação correlata.
2. Fiscalizar a execução dos serviços contratados, através da Seção de Licitações e Compras deste Tribunal.
3. Efetuar o pagamento mensal à CONTRATADA quanto aos serviços prestados, nos moldes estabelecidos neste instrumento.
4. Constar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução da Carta-Contrato, determinando à CONTRATADA, o que for



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessário, para imediata regularização de falhas, defeitos e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, se for o caso, estabelecendo prazo para tanto, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento e em seus anexos;

5. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, notificando-a quando da constatação de qualquer pendência;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
7. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
8. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e
9. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste instrumento, no Projeto Básico respectivo e em seus anexos, bem como na legislação correlata.
2. Observar rigorosamente a forma de prestação dos serviços estipulada neste instrumento.
3. Emitir nota fiscal mensalmente e apresentá-la ao CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços.
4. Manter, durante a execução da Carta-Contrato, todas as condições de habilitação.
5. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas.
6. Indenizar e se responsabilizar pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema que venha ocasionar a indisponibilidade do objeto deste o contrato, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis.
8. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.
9. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, que prestem serviço à empresa, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.
10. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do presente CONTRATO em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93, observado o que segue:
 - a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).
 11. Não subcontratar e não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal, após análise de documentação da empresa a ser subcontratada.
 12. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
 - a) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e
 - b) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 04/2008- TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas despesas, no prazo determinado pelo gestor da Carta-Contrato, contados de sua notificação, os serviços em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades.
14. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual.
15. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Projeto Básico e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste instrumento, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor contratado, na forma seguinte:

I) Se a CONTRATADA deixar de publicar matéria regularmente solicitada, publicá-la em dia diferente do solicitado ou deixar de republicar matéria achada com erro:

- a) multa de 0,5% por matéria e por dia de atraso;
- b) poderá caracterizar inexecução contratual se o atraso ultrapassar 5 (cinco) dias.

II) Se a CONTRATADA deixar de cumprir determinação do fiscal ou do gestor da Carta-Contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

- a) primeiro atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias: Multa de 0,5%;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) segundo atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias: Multa de 1,0%;

c) terceiro atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias ou atraso de até 10 (dez) dias: Multa de 2%;

d) quarto atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias ou atraso superior a 10 (dez) dias: Multa de 5%, podendo caracterizar inexecução contratual.

III) Se a não publicação, a publicação intempestiva ou a publicação com erro resultarem em prejuízo irreparável ao fim que se destina, o CONTRATANTE deixará de efetuar o pagamento respectivo e procederá à apuração de responsabilidade da empresa.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto da carta-contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quarta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sexta - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Oitava - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Quinta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Nona - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Oitava – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-Contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 25 de março de 2021.

--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	JOSÉ ERISVALDO DOS SANTOS SOUSA Pela CONTRATADA
Fábria Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.204.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/03/2021, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ERISVALDO DOS SANTOS SOUSA, Usuário Externo**, em 26/03/2021, às 08:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/03/2021, às 08:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/03/2021, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0675217** e o código CRC **BC426243**.

0000358-68.2021.6.22.8000

0675217v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 25/03/2021 16:03:29.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 1/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC

1-INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, Inciso I da Lei nº 10.520/2002, elaboramos o presente Projeto Básico, com vistas à contratação de pessoa jurídica especializada na venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso.

2 - OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada na venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso de periodicidade diária, de grande circulação no Estado de Rondônia, para realizar as publicações oficiais de interesse da Justiça Eleitoral, especialmente avisos de licitação, de segunda a sexta-feira, conforme abaixo:

Coluna: 3cm

Fonte: 7

Qtd. estimada: 180 cm

A quantidade acima é estimativa, não obrigando a Administração à sua contratação total, ocorrendo a requisição de publicação de matérias conforme necessidade.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1. DA SOLUÇÃO

O princípio da publicidade dos atos administrativos constitui-se em um dos princípios norteadores da Administração Pública, de observância obrigatória por força do art. 37, caput, da Constituição Federal. Por força de lei, este Tribunal tem o dever de publicar avisos de licitações em jornal de circulação local e regional, a depender da modalidade licitatória.

Em decorrência das mudanças recentes que ocorreram na legislação do pregão eletrônico (Lei nº 10.520/2002, especialmente o novo decreto federal do pregão eletrônico, Decreto n.º 10.024/2019, que dispensou a publicação dos atos de licitação, na modalidade pregão eletrônico, em jornal impresso), este Tribunal não mantém contrato em vigor para publicação de matéria em veículo de comunicação impresso (jornal). No entanto, este Tribunal está realizando licitação, para formação de registro de preços, na modalidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

concorrência pública, que demanda, entre outros, nos termos do art. 21 da LGL, a publicação dos atos decorrentes do processo licitatório em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será executado o objeto da licitação.

Surge, assim, a necessidade de se manter contrato administrativo com o objetivo de dar publicidade aos avisos da licitação e outros avisos/extratos porventura necessários.

O quantitativo ora solicitado foi obtido levando-se em consideração estatística de consumo anterior.

3.2. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Projeto Básico vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente no tocante à sua visão de futuro, que consiste em "consolidar a credibilidade da justiça eleitoral", adotando a "transparência" com um de seus valores.

3.3. DO CONTRATO ATUAL

Este Tribunal não possui contrato para o objeto em questão, pois, em razão das mudanças que ocorreram na legislação do pregão eletrônico, modalidade que tem sido utilizada nas licitações deste Tribunal, a publicação em jornal impresso foi dispensada (art. 20 do Decreto Federal nº 10.024/2019).

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, opinamos pela não exigência neste certame, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regulamentar. Além disso, o objeto trata de publicação em jornal de circulação local e regional, que é obrigação por força de lei. Em que pese o objeto se relacionar a consumo de jornal em papel, não pode a Administração deixar de fazê-lo, sob pena de cometer ilegalidade por omissão.

Importante salientar que este Tribunal tem demonstrado interesse pelas questões ambientais e de sustentabilidade, tendo uma comissão que está tratando justamente de estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, cujos resultados estão em vias de serem implementados nas próximas contratações.

A não implantação dos requisitos estabelecidos no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG não inibe, de forma alguma, o estabelecimento de outros requisitos relacionados à contratação, até porque o “desenvolvimento nacional sustentável” é um dos objetivos da licitação, a teor do art. 3º da Lei 8.666/93. Além disso, o CNJ estabeleceu, no art. 17 da Resolução Nº 201 de 03/03/2015, que as contratações efetuadas pelos órgãos ou conselho do PJU deverão observar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços. Ademais, a impressão de jornais é atividade de potencial impacto ambiental, visto lidar com grande quantidade de papéis e tintas de impressão, além de outros produtos.

Nesse contexto, no âmbito do Município de Porto Velho, cabe trazer à baila a Lei Complementar Municipal nº 138/2001, que dispõe em seu art. 53:

Art. 53. Depende de autorização prévia da SEMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a obtenção de licença para funcionamento de:

I - atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

O tema foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 14.756/17, que dispõe:

Art. 3º Para efeito deste Decreto, considera-se:

(...)

VI - Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual a SEMA verificando a satisfação das condições legais e técnicas, licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

O anexo I do citado decreto traz um rol enquadramento dos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental no município de Porto Velho/RO, dentre os quais está a impressão de jornais como atividade de médio potencial poluidor e a atividade de comércio de livros, jornais e outras publicações com atividade de baixo potencial poluidor.

Por outro lado, o anexo II do decreto traz um rol de empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental no âmbito do Município de Porto Velho/RO, dentre os quais está a atividade de representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações.

Todavia, não se pode restringir o futuro certame a empresas com sede no município de Porto Velho, pois o importante é que o Jornal circule no estado de Rondônia.

Assim, a adjudicatária deverá, **para fins de contratação**:

I – Declarar que o jornal será impresso em material reciclado;

II – Declarar que pratica a destinação ambientalmente correta das sobras de jornais;

III – Apresentar licenciamento ambiental municipal para funcionamento ou declaração/certidão do poder municipal sobre a ausência, dispensa ou isenção do licenciamento, relativamente ao município do estabelecimento de produção/impressão.

Caso a adjudicatária seja empresa que produz/imprime jornais, deverá apresentar os documentos acima em seu nome. Caso a adjudicatária seja empresa de representação ou agenciamento, deverá apresentar os documentos acima no nome de veículo em que circularão as publicações.

5 - DO VALOR

5.1 O valor da aquisição é de **R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)**.

EMPRESA	COTAÇÃO DE PREÇOS	REGULARIDADE FISCAL	PREÇO TOTAL OU OBSERVAÇÃO
UNIVERSO	0660998	---	A empresa trabalha

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			apenas com jornal on-line.
DIÁRIO DA AMAZÔNIA	0661726	---	Apresentou proposta no valor de R\$ 3.420,00, mas não apresentou os documentos obrigatórios, mesmo após várias reiteraões, conforme se vê no evento n. 0661726
A GAZETA DE RONDÔNIA	0661754	0661756	R\$ 2.880,00
O OBSERVADOR	-	-	Não apresentou proposta.

5.2 Dos valores de Referência

Como se verifica, a empresa A GAZETA DE RONDÔNIA sagrou-se vencedora, apresentando a melhor proposta.

6 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O serviço de publicação de matérias especificado no presente Projeto Básico não está previsto no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2021. No entanto, a Administração Superior determinou a realização de licitação na modalidade concorrência na forma presencial, que seria iniciada no exercício de 2020 e homologada em 2021, cuja publicação em jornal regional seria obrigatória, mas o valor não atingiria o teto para suprimento de fundos. Todavia, o certame ultrapassou o exercício e será aberto no corrente ano. Assim, a publicação que seria paga por suprimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de fundos torna-se arriscada, uma vez que todas as publicações serão realizadas no mesmo exercício.

7 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)

Pelo valor total da aquisição e considerando o disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93, com o valor atualizado pelo Decreto n.º 9.412/2018, entende-se, *s.m.j*, que a contratação pretendida pode ser feita de forma direta, por **dispensa de licitação**, já que o valor está abaixo do teto legal. Além disso, verifica-se que houve apenas apresentação de duas cotações, sendo que uma delas (Diário da Amazônia) não apresentou os documentos obrigatórios previstos na cotação, mesmo após reiteradas solicitações. Considerando o baixo valor da aquisição, bem como o andamento da Concorrência Pública n. 01/2021, cuja abertura da sessão está agendada para acontecer no dia 10/03/2021, elaboramos o presente Projeto Básico objetivando a contratação direta.

8 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

8.1. De acordo com a Cotação de Preços nº 01/2021-SLC e seu anexo I ([0659116](#)), foi exigido das cotantes o preenchimento de requisitos e apresentação de documentos, conforme a seguir:

8.1.1. Somente poderão participar da licitação empresas que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo compatível com o objeto dos serviços pretendidos pela administração.

8.1.2. Para aceitação da proposta, a empresa licitante deverá informar **OBRIGATORIAMENTE o nome do jornal em que serão veiculadas as matérias**, vinculando-a durante toda a contratação.

8.1.3. Constitui anexo de proposta:

a) Proposta contendo o NOME O JORNAL em que circularão as matérias, o qual vinculará a contratação.

b) Declaração/Relação de tiragem, assinada pelo responsável da empresa que divulga o jornal, que comprove a circulação em, pelo menos 30 (trinta) municípios de Rondônia, dentre os quais, necessariamente, Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, entre outros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b1). A exigência de circulação em, no mínimo, 30 dos 52 municípios do Estado e os municípios mais populosos é necessária para caracterizar o caráter regional do jornal e a ampla circulação, a fim de atender a exigência prevista no art. 21, III, da Lei 8.666/93 e art. 4º, I, da Lei 10.520/02.

8.2. Os requisitos e documentos específicos de habilitação são os previstos na cotação ([0659116](#)).

Empresa: A GAZETA DE RONDÔNIA	Empresa: DIÁRIO DA AMAZÔNIA
Evento: 0661756	Evento: 0661726
Regular (Exceto regularidade municipal)	Irregular

8.3. JUSTIFICATIVA IRREGULARIDADE MUNICIPAL.

A cotação de preços não exigiu comprovação de regularidade fiscal junto ao município.

De acordo com o art. 29, caput, da Lei 8.666/93, o rol de documentação relativa à regularidade fiscal é um rol máximo, podendo ser reduzido. É o que se depreende da expressão “*conforme o caso*”, constante na redação do dispositivo.

De acordo com o §1º do art. 29 da Lei 8.666/93, a documentação relativa à regularidade fiscal poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão. Nesse caso, a melhor interpretação é no sentido do formalismo moderado. Em sendo possível dispensar parte da regularidade fiscal no caso de convite, também o é possível fazer para o caso de dispensa de licitação, de menor valor e procedimento mais simples. Nesse sentido: AC TCU 2024/2019.

Ao enfrentar questão semelhante, assim decidiu o TCU: “*O art. 29 da Lei 8.666/1993 não exige prova da regularidade fiscal perante a fazenda municipal quando a licitação é realizada por órgão federal e com recursos públicos da União*”. (AC TCU 2185/2020-Plenário)

Ainda que se exigisse a citada certidão, a diligência realizada pela SLC demonstra claramente que o mercado acha-se restrito e, apesar dos esforços empreendidos, não foi possível obter o mínimo de três cotações válidas, conforme previsto no AC. TCU 1656/2015-Plenário.

9 - REQUISITOS DE VALIDADE DA PROPOSTA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Validade: 60 (sessenta) dias;

II - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

10 - DA CONTRATAÇÃO

10.1. A prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico será regulada por Carta-Contrato.

10.2. Como condição para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá estar regular junto a Fazenda Federal ou à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS e a Certidão Negativa de Improbidade junto ao CNJ.

10.3. Se a compromissária não apresentar situação regular no ato da contratação ou da emissão da nota de empenho, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor total contratado.

10.4. A assinatura da carta-contrato dar-se-á por meio eletrônico.

10.5. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

10.6. As normas referentes à entrega, prazos, obrigações, sanções, pagamentos e outras são as constantes na Cotação de Preços nº 06/2020-/SLC, que é parte integrante deste Projeto Básico, independentemente de transcrição.

10.7 Além disso, a contratação será regida pela Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal e pela legislação pertinente, especialmente a Lei 8.666/93.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Obrigam-se a contratante e a contratada a observar, cumprir e fazer cumprir todas as obrigações estabelecidas neste Projeto Básico, na Carta-Contrato e na Cotação Preços e seus anexos.

11.2. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2.1. O contratante remeterá as matérias ao contratado, somente através de e-mail, com confirmação de leitura, indicando a natureza da matéria e o dia da publicação.

11.2.2. Em função da total impossibilidade transitória da utilização desse meio (e-mail), poderá ser utilizado outra forma hábil e célere para a remessa das matérias, sem prejuízo dos prazos indicados para as publicações. Excepcionalmente, caso a situação exija, as matérias poderão ser remetidas por CDs ou ofícios dirigidos à Contratada, em todos os casos indicando o dia da publicação;

11.2.3. As matérias enviadas à contratada até às 14 horas devem ser publicadas no dia seguinte ou em data superior indicada pela contratante.

11.2.4. Para publicação de matéria em prazo inferior ao indicado no item 11.2.3 é necessária a concordância da contratada. Havendo essa concordância, a publicação torna-se obrigatória, sujeita a todos os efeitos contratuais

11.2.5. A contratada deverá publicar as matérias nas páginas costumeiramente reservadas às publicações de atos oficiais de órgãos públicos, observadas as medidas e parâmetros contratados, legíveis e sem rasuras.

11.2.5.1. Eventual publicação em medidas superiores às contratadas não obrigam a contratante ao pagamento do excedente, cabendo à contratada eventual ônus resultante do excesso.

11.2.6. A contratada deverá apresentar à contratante o comprovante de publicação até às 13h00m do mesmo dia de circulação da matéria. Caso não haja expediente para a contratante, fica a contratada autorizada a apresentar o comprovante no primeiro dia útil subsequente.

11.2.6.1. Considera-se comprovante de publicação uma via impressa da página inteira do jornal em que a matéria foi veiculada.

11.2.6.2. O comprovante de publicação deve ser entregue na recepção do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, aos cuidados da Seção de Licitações e Compras – SLC – no endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP 76.805-901.

11.2.7. Matérias publicadas com erros decorrentes de falha da contratada deverão ser republicadas sem quaisquer ônus ao contratante, cabendo à contratada ressarcir a contratante por eventuais prejuízos decorrentes.

11.3. A Administração se obriga a:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico, na Carta-Contrato, na Cotação de Preços e seus anexo e na legislação correlata;

b) Fiscalizar a execução dos serviços contratados, através da Seção de Licitações e Compras deste Tribunal.

c) Efetuar o pagamento mensal dos serviços prestados, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pela Seção de Licitações e Compras, sendo efetuadas as retenções legais.

c.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

c.2) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada, observado o disposto no deste instrumento;

c.3) A seu critério, a Administração poderá efetuar o pagamento com retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa ou outra obrigação financeira.

c.4) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

c.5) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

11.4. A gestão e fiscalização do termo contratual ficará a cargo da Seção de Licitações e Compras do TRE/RO, a qual fará o acompanhamento e fiscalização de sua execução com observância das disposições contidas no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93 e na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

11.5. Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas na cotação e nos seus anexos, obriga-se a futura contratada a:

a) Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico, no contrato e na legislação correlata;

b) Observar rigorosamente a forma de prestação dos serviços estipulada neste instrumento.

c) Emitir nota fiscal mensalmente e apresentá-la à contratante até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços;

d) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação.

e) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

f) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93;

g) Indenizar o TRE/RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente contrato;

h) Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema que venha ocasionar a indisponibilidade do objeto deste o contrato, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis;

i) Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

12. DO PAGAMENTO

12.1. A Contratante efetuará o pagamento mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, nos termos e condições definidos neste Projeto Básico. O pagamento será realizado em conta corrente no nome da contratada, mediante comprovação de manutenção dos requisitos de habilitação.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

12.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

13. DAS SANÇÕES

13.1. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas na Carta-Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

13.2. O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste instrumento sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor contratado, na forma seguinte:

13.2.1. Se a contratada deixar de publicar matéria regularmente solicitada, publicá-la em dia diferente do solicitado ou deixar de republicar matéria achada com erro:

- a) Multa de 0,5% por matéria e por dia de atraso;
- b) Poderá caracterizar inexecução contratual se o atraso ultrapassar 5 (cinco) dias.

13.2.2. Se a contratada deixar de cumprir determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

- a) Primeiro atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias: Multa de 0,5%;
- b) Segundo atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias: Multa de 1,0%;
- c) Terceiro atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias ou atraso de até 10 (dez) dias: multa de 2%;
- d) Quarto atraso injustificado de 1(um) a 5 (cinco) dias ou atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5%, podendo caracterizar inexecução contratual.

13.3. Se a não publicação, publicação intempestiva ou publicação com erro resultarem em prejuízo irreparável ao fim que se destina, a contratante deixará de efetuar o pagamento respectivo e procederá à apuração de responsabilidade da empresa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.4. A contratada se responsabilizará pelos danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

13.5. No caso de a adjudicatária ou contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.(Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

13.5.1. No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009);

13.5.2. No caso de a contratada não ter nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

13.5.3. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

13.5.4. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

13.5.5. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

14. DO REAJUSTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual.

14.2. Excepcionalmente, o valor do contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.3. Cabe à contratada o ônus da comprovação do evento previsto no item 14.2, devendo fazê-lo de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

15 - DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

- **Proposta: A GAZETA DE RONDÔNIA**

Declarações/Certidões: Evento: [0661756](#)

Cotação de Preços: Evento [0661754](#)

- **Proposta: DIÁRIO DA AMAZÔNIA**

Cotação de Preços: Evento [0661726](#)

- Formulário de Cotação com os anexos ([0659116](#))



Documento assinado eletronicamente por **HERMENSON PEREIRA DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 25/02/2021, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0661758** e o código CRC **1E35AD23**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 014590192305, versão 6 por 014590192305 em 25/02/2021 14:33:41.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000358-68.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS (SLC)

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Publicação de matérias em jornal regional impresso. Análise

PARECER JURÍDICO Nº 16 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Licitações e Compras (SLC), a pedido da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP ([0652753](#)), objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na publicação de matéria em jornal regional impresso, para atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia, pelo período de 12 (doze) meses.

02. A Solicitação de Contratação ([0652850](#)) para elaboração de estudo técnico preliminar e projeto básico da contratação pretendida foi encaminhada a SAOFC para a necessária autorização. Pelo Despacho nº 73/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC a solicitação recebeu a autorização do secretário da SAOFC, em substituição, que determinou a devolução dos autos a SLC para a elaboração do estudo técnico preliminar e projeto básico ([0652996](#)).

03. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico foi juntado aos autos no evento [0653889](#).

04. Para a pesquisa dos preços da contratação pretendida a SLC realizou a Cotação de Preços n. 01/2021 ([0659116](#)) entre empresas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

especializadas no ramo de atividade no mercado local que apresentaram proposta, são essas as empresas:

- UNIVERSO ([0660998](#)) – A empresa trabalha apenas com jornal on-line;
- DIÁRIO DA AMAZÔNIA - Apresentou proposta no valor de R\$ 3.420,00, mas não apresentou os documentos obrigatórios, mesmos após várias reiteraões, conforme se vê no evento n. [0661726](#) e,
- GAZETA DE RONDÔNIA – Apresentou proposta no valor de R\$ 2.880,00 (0661754) e regularidade fiscal ([0661756](#)).

05. O Projeto Básico N° 1/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0661758](#)) contém a descrição do objeto, a justificativa, alinhamento ao planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, contrato, obrigações, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

06. O Projeto Básico 1 ([0661758](#)) foi submetido a análise da COMAP ([0667160](#)) que concluiu estar o instrumento, complementado pela Cotação de Preços, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, manifestando-se pela adjudicação do objeto à empresa A GAZETA DE RONDÔNIA, CNPJ n. 14.515.552/0001-47.

07. A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0668025](#)) no valor de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais), com a informação de que: *1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. 2. Proposta orçamentária 2021 registrada no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).*

08. A SECONT recepcionou os autos e elaborou o instrumento contratual na forma de Carta Contrato cuja minuta segue juntada no evento [0668174](#).

09. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

11. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

12. Esclarece-se que o percentual de **10%** (dez por cento) mencionado corresponde hoje a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, foi atualizado pelo Decreto Federal n. 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelecendo o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

13. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 2.880,00** (dois mil oitocentos e oitenta reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 1 ([0661758](#)) e na Cotação de Preço realizada e na proposta da empresa A GAZETA DE RONDÔNIA ([0661754](#)), dessa forma estando dentro do limite legal, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

14. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

15. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

16. No vertente caso, foram obtidas no mercado local 02 (duas) cotações de preços para o objeto da contratação pretendida, ofertadas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por empresas do ramo (A GAZETA DE RONDÔNIA e DIÁRIO DA AMAZÔNIA), sendo que apenas uma delas apta a contratar com o setor público - A GAZETA DE RONDÔNIA, CNPJ n. 14.515.552/0001-47.

17. Com relação a este tema, embora haja entendimento do TCU que a cotação deve ser realizada com pelo menos **três empresas** aptas a contratar com o Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), essa Corte também reconhece que as particularidades do objeto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas, conforme justificado pela unidade demandante da contratação no item 6.1 do PB 2.

18. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada; (...)**

19. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima;** (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

20. Pelo ETP ([0653889](#)) e no Projeto Básico juntado ([0667148](#)), a SLC justifica a ocorrência dessa situação pelas características do objeto pretendido, que houve apenas apresentação de duas cotações, sendo que uma delas (Diário da Amazônia) não apresentou os documentos obrigatórios previstos na cotação, mesmo após reiteradas solicitações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Assim, optou-se pela pesquisa de preços com os **dois fornecedores interessados nos serviços demandados**, procedimento previsto no inciso IV do Art. 2º da Instrução Normativa SG/ME n. 73/2020, entendido pela unidade demandante como o mais efetivo para estimar de forma eficaz o preço dos serviços pretendidos, obtendo-se a resposta das duas empresas, e mesmo assim somente uma com proposta válida, porém a vencedora foi a que apresentou o menor preço para os serviços cotados.

22. Destarte, deve-se levar em consideração a cotação de preço realizada nos autos, pois existe competitividade limitada do fornecimento do objeto pretendido, bem como está presente nos autos justificativas plausíveis para ausência em comento.

23. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **A GAZETA DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 14.515.552/0001-47, no valor de **R\$ 2.880,00** (dois mil oitocentos e oitenta reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93** estão preenchidos.

24. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0661756](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

26. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ n. 00.000.028/0001-29, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotação/proposta existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

27. De outro lado, o Projeto Básico 2 ([0667148](#)), complementado pela Cotação de preços e proposta da empresa, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

III – CONCLUSÃO

28. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa **A GAZETA DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 14.515.552/0001-47, no valor de **R\$ 2.880,00** (dois mil oitocentos e oitenta reais), por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB 1 juntado aos autos ([0661758](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

29. Com relação a Minuta SECONT ([0668174](#)), em análise formal dos seus termos percebe-se que o referido instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

30. Por fim, orienta esta AJDG que, se necessário, **antes de formalizar a contratação, as certidões de regularidade da empresa vencedora sejam atualizadas.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

31. Cabe o registro de que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que regimentalmente inapta a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 19/03/2021, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0672950** e o código CRC **00E65631**.

0000358-68.2021.6.22.8000

0672950v7

Criado por 004891562321, versão 7 por 004891562321 em 19/03/2021 12:14:21.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000358-68.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na publicação de matéria em jornal regional impresso.

DESPACHO Nº 314 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada na publicação de matéria em jornal regional impresso, pelo período de 12 (doze) meses, para atender demanda deste Tribunal ([0652836](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Carreou-se a Solicitação de Contratação ([0652850](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ([0653889](#)) e a cotação de preços para os serviços pretendidos, verificando-se, ao final, que o melhor preço objetivo foi oferecido pela empresa A Gazeta de Rondônia, no valor de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais) ([0661756](#)).

O Projeto Básico 1 ([0661758](#)) contém a descrição do objeto, a justificativa, alinhamento ao planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, contrato, obrigações, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A COMAP concluiu pela regularidade do PB, complementado pela proposta da empresa ([0661754](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0667160](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0669544](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta de carta-contrato ([0668174](#)) e encaminhou os autos à AJDG, a qual, em análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Ademais, concluiu pela possibilidade de aprovação do projeto básico e pela contratação direta da empresa por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993 ([0672950](#)).

Instada, a SAOFC se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e pela publicação da dispensa apenas no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade ([0672992](#)).

Compulsando os autos, entende-se possível enquadrar a despesa pretendida no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, realizando-se a contratação, diretamente, com a empresa A Gazeta de Rondônia, CNPJ nº 14.515.552/0001-47, no valor de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais), a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diante do exposto, com fulcro nas competências delegadas pelo art 1º, inciso I, da Portaria nº 66/2018, esta Diretora-Geral:

1. **Aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0653889](#)) e o Projeto Básico ([0661758](#))**, com fundamento no art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;

2. **Autoriza a despesa**, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, II, da Lei n. 8666/1993;

3. **Adjudica o objeto à empresa A Gazeta de Rondônia, CNPJ nº 14.515.552/0001-47, e autoriza a emissão de Nota de Empenho** no valor de R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais) em seu favor.

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida, devendo observar a atualização das certidões antes de efetivada a contratação, em atendimento ao item 30 do Parecer Jurídico AJDG [0672950](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/03/2021, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0673055** e o código CRC **6E45F5D7**.